

PRINCIPAIS PROPOSIÇÕES DA DEPUTADA LUCIANA GENRO (PSOL-RS)

Proposição	Objetivo	Situação
Projeto de Lei Complementar 144/2007	Altera a Lei Complementar nº 116/2003, de modo a estabelecer que o local onde será devido o ISSQN nas prestações de serviços de seguros será o município do segurado.	Foi aprovado pelo Plenário da Câmara em 20/08/2008, e atualmente se encontra no Senado Federal.
Projeto de Lei 4531/2008	Duplica o período máximo de concessão do seguro desemprego.	Recebimento pela CCJ - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 04/02/09.
Projeto de Lei 4551/2008	Proíbe as demissões sem justa causa de empregados, pelo prazo de 6 meses.	Recebimento pela CTASP – Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em 04/06/09.
Projeto de Lei 3548/2008	Dá nova redação ao inciso VI, do art. 46 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que "Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências."	Foi apensado ao PL-3968/1997. Recebimento pela CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em 26/06/08.
Emenda nº 3 à Medida Provisória 433	Estendeu por 6 meses a isenção de PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de farinha de trigo, trigo e pão comum.	O relatório da MP foi aprovado, acatando a emenda de Luciana e prorrogando esta isenção até 30 de junho de 2009, período no qual a produção de pão ficou livre da alíquota de 9,25% do PIS/COFINS. Nestes 6 meses adicionais de isenção, os brasileiros deixaram de pagar cerca de R\$ 500 milhões em PIS/COFINS sobre um produto essencial à sobrevivência. Dia 29/6/2009, o governo anunciou a prorrogação desta isenção até o fim de 2010.

Projeto de Lei 3107/2008	Acaba com a isenção de Imposto de Renda incidente sobre os ganhos dos estrangeiros títulos da dívida interna.	Foi para Comissão de Finanças e Tributação em 07/04/08. Foi apensado ao PL 1418/2007, e está tramitando em conjunto. Parecer do relator, Dep. Pedro Novais, foi pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto.
Projeto de Lei 3092/2008	Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescentando dispositivos relativos a celebração de convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outro instrumento congêneres com pessoas jurídicas de direito privado.	Está na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público CTASP. Foi apensado ao PL-2819/2008, que está aguardando Parecer do relator. Em 28/05/08, o PL-2819/2008 foi apensado ao PL-3453 /2008. Parecer da Relatora, Dep. Gorete Pereira (PR-CE), foi pela aprovação deste, com substitutivo.
Projeto de Lei 3091/2008	Acaba com a isenção de Imposto de Renda sobre o lucro distribuído aos sócios das empresas.	Está na Comissão de Finanças e Tributação, apensado ao PL 3007/2008. Designado Relator, Pepe Vargas, (PT/RS).
Projeto de Lei 3090/2008	Aumenta de 15% para 30% (trinta por cento) a alíquota da CSLL para as instituições financeiras.	Recebimento pela CCJC, em 08/04/08. Foi apensado ao PL 1952/2003, que aguarda Parecer do Relator, Dep. Eduardo Cunha (PMDB-RJ).
Projeto de Lei 3089/2008	Reajusta os valores da Tabela Progressiva Mensal, do Imposto de Renda – Pessoa Física e acentua a progressividade, com alíquotas que variam de cinco a cinquenta por cento.	Se encontra na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde foi designado Relator, Dep. Antonio Palocci (PT-SP).
Projeto de Lei Complementar 277/2008	Regulamenta o Imposto sobre Grandes Fortunas.	Se encontra na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), onde o Relator, Dep. João Dado, manifestou pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo.
Projeto de Lei Complementar 272/2008	Estabelece condições para assegurar a transparência na gestão dos recursos	Foi aprovado em Plenário um projeto bastante semelhante, em 6/5/2009.

	públicos e estabelece sanções.	
Projeto de Resolução 120/2008	Determina a disponibilização, em tempo real, das informações pormenorizadas sobre a Verba Indenizatória do Exercício Parlamentar.	Encontra-se na Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) para publicação, em 19/03/08. Foi apensado ao PRC-329/2006, que está na CCJC, aguardando designação de Relator.
Projeto de Resolução 117/2008	Altera o § 2º do art. 161 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterando a proporcionalidade nos requerimentos de destaque apresentado por bancada de Partido.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) – em 26/05/09, designado Relator, Dep. Colbert Martins (PMDB-BA).
Projeto de Lei Complementar 259/2007	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, de modo a estabelecer limites ao pagamento da dívida pública e ao prejuízo do Banco Central do Brasil, condicionando estas despesas à realização de auditoria da dívida pública prevista na Constituição.	Em 14/02/08, foi para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Designado Relator, Dep. Pedro Eugênio, em 02/04/08.
Indicação 192/2007	Sugere ao Ministro da Justiça a urgente convocação de Policiais Federais aprovados em Concursos Públicos.	Enviada ao Ministério da Justiça, que respondeu sobre a impossibilidade de convocação. Encaminhamento de resposta ao autor conforme Ofício 1ªSec/RI/I nº 1575/2007.
Projeto de Lei 1157/2007	Altera a Lei nº 9.394, de 1996, de modo a tornar obrigatória a oferta de vagas no ensino médio.	O Parecer pela aprovação foi rejeitado pela Comissão de Educação e Cultura (CEC).
Requerimento 1.600/2007	Requer criação de Comissão Especial para a PEC 393/2005 (de iniciativa da Senadora Heloísa Helena), que dispõe sobre a obrigatoriedade e gratuidade da educação infantil para crianças de zero a seis anos de idade.	Em 11/09/2007, Ato da Presidência: cria Comissão Especial, nos termos do § 2º do art. 202 do Regimento Interno.

Relatório do Projeto de Lei 7204/2006	Cria a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)	Relatório aprovado, porém sem as emendas propostas no relatório (que visavam a gestão democrática da Univ.). Transformado na Lei Ordinária 11640/2008. DOU 14 PÁG 01 COL 01, em 11/01/08.
Relatório do Projeto de Lei 123/2007	Institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS - para mulheres vítimas de violência e dá outras providências.	Aprovado por Unanimidade o Parecer em 05/12/07, pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária.
Projeto de Lei Complementar 355/2006	Garante recursos para as instituições federais de ensino superior, no que se refere a despesas de pessoal e encargos, custeios e capital, assistência estudantil, expansão e fomento.	Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - Parecer do relator, Dep. Devanir Ribeiro (PT-SP), pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto, e pela incompatibilidade e adequação financeira e orçamentária da emenda de relator da Comissão de Educação e Cultura. Aprovado por unanimidade o Parecer. Arquivado nos termos do § 4º do artigo 58 do RICD, em 18/02/09.
Projeto de Lei 6922/2006	Define a composição do Conselho Nacional de Educação (de forma a dotá-lo de ampla representação da sociedade) e altera suas atribuições.	Foi apensado ao PL 4221/2004, que foi apensado ao PL 4212/2004. Se encontra na Comissão Especial, onde foi Designado Relator, Dep. Jorginho Maluly (DEM –SP).
Projeto de Lei 6923/2006	Amplia o acesso aos cursos nas instituições de ensino superior públicas, e garante subvenções necessárias à permanência dos estudantes (material pedagógico, alimentação em restaurantes universitários, subsídios para transporte, moradia estudantil).	Foi apensado ao PL- 4529/2004, que em 23/06/2008 com Ato da Presidência: Constitui Comissão Especial, nos termos do inciso II do art. 34 do Regimento Interno. Recebimento em 09/06/09, com PLs apensados.

Proposta de Emenda Constitucional 538/2006	Autoriza estados e municípios a fixarem percentual maior que o mínimo constitucional para o desenvolvimento do ensino; adiciona as contribuições na base de cálculo deste mínimo constitucional; e extingue a incidência da Desvinculação das Receitas da União sobre os recursos para a educação e saúde.	Está na Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) com Parecer do Relator. Foi apensada ao PEC-416/2001. Parecer vota pela admissibilidade da PEC.
Proposta de Emenda à Constituição 463/2005	Possibilita a auto-convocação popular para realização de plebiscito. De acordo com a proposta, uma parcela significativa do eleitorado nacional – um por cento - poderá solicitar que todo o corpo eleitoral assumira posição sobre determinado fato ou situação.	Encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – (CCJC) Designado Relator, Dep. Felipe Maia (DEM-RN), em 08/04/08.
Projeto de Lei 3558/2004	Reduz de 13% para 5% a percentagem das receitas estaduais e municipais comprometidas com o pagamento da dívida com a União.	Em 17/03/08 foi para Comissão de Finanças e Tributação (CFT) - Devolvido ao Relator, Dep. Eduardo Cunha (PMDB-RJ).
Projeto de Lei 4336/2004	Propõe a criação de Fundo - composto por 4% das verbas gastas em publicidade pelas faculdades particulares - para financiar exclusivamente a criação e ampliação de cursos noturnos nas universidades públicas.	Apensado ao PL 4212/04, e se encontra na Comissão Especial. Designado Relator Waldir Maranhão, (PP-MA).
Projeto de Lei 4660/2004	Estende aos membros de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes os benefícios da Lei 8632/1993, que concede anistia a dirigentes ou	Se encontra na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Designado Relator, Dep. Sandro Mabel (PR-GO)

	representantes sindicais punidos por motivação política.	
Projeto de Lei 296/2003	Dobra o poder de compra do salário mínimo durante o mandato de Lula (até 2006).	Prejudicado pela entrada em vigor da Lei 11.164/2005, que regulou a matéria. Arquivado, nos termos do artigo 164, § 4º do RI.
CPI Tráfego Aéreo	Foram elaborados dezenas de requerimentos de informação e de convocação de depoentes. Também foi apresentado Voto em Separado ao Relatório Final, disponível na página http://www.lucianagenro.com.br/2007/10/voto-em-separado-na-cpi-da-cri-se-aerea/	ENCERRADO
Projeto de Lei 3586/2004	Extingue o teto de remuneração relativa a serviços prestados por hospitais públicos ao Sistema Único de Saúde.	Rejeitado pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).ARQUIVADA, nos termos do artigo 133 do RI. DCD 12 05 05 PÁG 17847 COL 01.
Emenda 12/2006, ao Projeto de Lei 5855/2005	Restringe as doações para campanhas eleitorais, proíbe os cabos eleitorais pagos, obriga os partidos a divulgar, a cada 15 dias, a relação das doações, com nome e valores em site criado pela Justiça Eleitoral e obriga a promoção de debates entre os candidatos.	Rejeitada em Plenário em 21/3/2006.
Projeto de Lei 4834/2005	Isenta de punição o aborto provocado por médicos se o feto é portador de anencefalia (ausência de cérebro), comprovada por laudos independentes de dois médicos.	Arquivado, por já ter sido aprovado, na Comissão de Seguridade Social e Família, outro Projeto de Lei de conteúdo similar.
Emenda 11/2006, ao Projeto de Lei 6601/2006	A emenda visou resgatar o compromisso eleitoral de Lula, de dobrar o valor do salário mínimo.	A Emenda foi arquivada pelo fato do governo ter retirado o PL 6601 (pois já havia conseguido aprovar a Lei 11.321/ 2006, que regulou a matéria).

Emenda Apresentada na Comissão 4/2007	Altera redação do Art. 1º da Medida Provisória n.º 362, de 2007, sobre o salário mínimo.	Emenda rejeitada.
Proposta de Fiscalização e Controle 26/2007	Propõe que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realize ato de fiscalização e controle para apurar a morte do Tenente Arthur Felipe de Carvalho Julião, ocorrida dia 28 de abril de 2006, no quartel do 38º Batalhão de Infantaria do Exército, em Vila Velha (ES), além de possíveis irregularidades financeiras relacionadas ao caso.	Em 17/10/07 a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) emitiu relatório do Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP) pela rejeição. Relatório aprovado. Foi para Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Encaminhada à publicação. Parecer da CREDN publicado no DCD de 15/11/07, Letra A.
Projeto de Lei Complementar 19/2007	Altera a Lei Complementar nº 116, de 2003, de modo a aumentar de 5% para 10% o teto nacional da alíquota de ISSQN do setor financeiro e universalizar a tributação sobre os serviços bancários.	Parecer do relator, Dep. Mussa Demes, pela inadequação financeira e orçamentária. Em 04/06/08, aprovado por Unanimidade o Parecer.
Requerimento 18/2007	Requer apreciação de Moção de Repúdio à vinda do presidente George Bush ao país em março de 2007, que o declara "persona non grata" no Brasil.	ARQUIVADO - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) Rejeitado o Requerimento, contra os votos da Deputada Luciana Genro e do Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira.
Relatório do Projeto de Lei 199/2007	Relatório pediu a rejeição do PL, pois o mesmo estabelecia privilégios tributários para os devedores do fisco.	Relatório pela inadequação financeira e orçamentária aprovado na Comissão de Finanças.